Continuação

Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo circulante	**Passivo circulante**	**Ativo circulante**	**Passivo circulante**	**Ativo circulante**	**Passivo circulante**	**Ativo circulante**	**Passivo circulante**
Parceria Agrícola Dumoncel (*)	**66.005**	**3.587**	89.459	2.302	**66.005**	**3.587**	89.459	2.302
Demais Administradores (*)	**603**	**360**	1.082	303	**603**	**360**	1.082	303
3T *International*. (*)	**612.262**	**-**	323.929	-	**-**	**-**	-	-
Sinuelo Participações (**)	**9.909**	**-**	13.262	-	**9.909**	**-**	13.262	-
Tentos Corretora de Seguros	**-**	**-**	-	-	**2.426**	**-**	205	-
Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (TentosCap)	**2.483**	**75**	1.015	263	**-**	**-**	-	-
Total	**691.262**	**4.022**	428.747	2.868	**78.943**	**3.947**	104.008	2.605

(*) Saldos ativos classificados nas rubricas de contas a receber de clientes.
(**) Saldos ativos classificados na rubrica de contas a receber com partes relacionadas no balanço patrimonial.

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
	Vendas e Serviços	**Compras**	**Vendas e Serviços**	**Compras**	**Vendas e Serviços**	**Compras**	**Vendas e serviços**	**Compras**
Parceria Agrícola Dumoncel	**116.517**	**53.369**	146.011	28.486	**116.517**	**53.369**	146.011	28.486
Demais Administradores	**3.132**	**2.799**	3.155	1.185	**3.132**	**2.799**	3.155	1.185
Tentos Corretora de Seguros LTDA	**74**	**-**	84	-	**74**	**-**	-	-
3T *International*	**4.680.257**	**-**	991.044	-	**-**	**-**	-	-
Mates Locações Aéreas	**-**	**-**	-	-	**-**	**-**	-	-
Tentos S.A Crédito, Financiamentos e Investimentos	**4.657**	**-**	1.358	-	**-**	**-**	-	-
Total	**4.804.637**	**56.168**	1.141.652	29.671	**119.723**	**56.168**	149.166	29.671

A controladora também possui operação de reembolso de despesas relacionadas ao uso das aeronaves da Mates Locações Aéreas que totalizaram em 2024 o montante de R$3.569. Honorários da administração: Em 31 de dezembro de 2024, foram registrados R$ 17.820 de remuneração e encargos aos administradores (R$ 15.656 em 31 de dezembro de 2023), além de despesa de R$ R$ 6.178 referentes a opções outorgadas aos administradores da Companhia (R$ 9.179 em 31 de dezembro de 2023). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, limitado a 10.000.000 (dez milhões de ações), resultando em uma diluição de até 2,5% do capital social da Companhia, conforme nota explicativa 26. Em Assembleia Geral Extraordinária em 04 de setembro de 2021 foi alterada a remuneração global anual, para o exercício de 2021 dos membros de eventuais Comitês de Assessoramento no valor máximo de R$ 120. Em Assembleia Geral Extraordinária em 26 de abril de 2023 foi alterada a remuneração global anual, para o exercício de 2023, dos membros da administração da Companhia, estabelecendo o valor máximo de R$ 21.740.

23. Patrimônio líquido: Capital social: O limite do capital autorizado da Companhia é de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. Dentro dos limites autorizados no Estatuto e mediante deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização. Em 31 de janeiro de 2022, em reunião do Conselho de Administração, aprovou-se o aumento de capital diante da oferta pública de distribuição primária de ações. A oferta consistiu na distribuição de 500.000 ações no valor de R$ 4.800 (quatro milhões e oitocentos mil reais) nos termos da Instrução CVM nº 400. Em 24 de março de 2022, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 3.088 por meio da emissão de 1.600.000 novas ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas pelos administradores e empregados da Companhia participantes do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia. Em 23 de dezembro de 2022, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 1.600 por meio da emissão de 800.000 novas ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas por participante do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia. Em 20 de março de 2023, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 3.158 por meio da emissão de 1.280.000 novas ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas por participante do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R$1.565.587 (um bilhão, quinhentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e sete mil reais), dividido em 498.298 (quatrocentas e noventa e oito milhões, duzentas e noventa e oito mil ações) e em 31 de dezembro de 2023 era de R$1.565.587 (um bilhão, quinhentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e sete mil reais), dividido em 498.298 (quatrocentas e noventa e oito milhões, duzentas e noventa e oito mil ações) ações ordinárias. Esses montantes não contemplam custos de emissão das ações. A movimentação do capital social e das ações integralizadas está assim apresentada.

	R$ mil	Quant. de ações (mil)
31 de dezembro de 2022	1.562.429	497.018
RCA 20/03 – Aumento de capital	3.158	1.280
31 de dezembro de 2023	1.565.587	498.298
31 de dezembro de 2024	**1.565.587**	**498.298**

Em conexão com seu processo de IPO, realizado no terceiro trimestre de 2021, a Companhia incorreu em custos de transação com a emissão de ações no montante de R$ 70.801 (R$ 46.729, líquido dos efeitos tributários), os quais foram registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica do capital social, conforme CPC 08 (R1) (IAS 32). Em 31 de janeiro de 2022, realizou a oferta pública de distribuição primária de ações nos termos da Instrução CVM nº 400. Esta nova oferta incorreu em custos de transação com a emissão de ações no montante de R$ 298 (R$ 196, líquido dos efeitos tributários), os quais foram registrados em contrapartida ao patrimônio líquido. O quadro abaixo demonstra a composição do capital social da Companhia:

	Controladora	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Capital social	**1.565.587**	1.565.587
(-) Custos com a emissão de ações	**(71.099)**	(71.099)
Efeito tributário sem custos com emissão de ações	**24.174**	24.174
Total	**1.518.662**	1.518.662

Ajuste de avaliação patrimonial: Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquidos dos respectivos impostos diferidos, totalizando R$ 1.058 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.005 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a rubrica de ajuste de avaliação patrimonial inclui também os efeitos de ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2024, o ajuste acumulado de conversão da controlada localizada no exterior totalizou R$ 9.958 e 31 de dezembro de 2023 foi de R$ (283). Reserva de capital: A reserva de capital foi constituída em decorrência da implementação do plano de ações da Companhia, conforme Nota 26. O saldo da reserva de capital é de R$ 40.594 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R$ 34.266 em 31 de dezembro de 2023). Transação de capital com sócios (reflexa): Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi efetuada a aquisição da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento pela controlada Tentos Holding Financeira de Participações Ltda., operação esta que gerou reflexo na controladora, uma vez que o montante pago pela empresa foi maior do que o Patrimônio Líquido dela na data da operação. Durante o exercício de 2024 ocorreu ajuste no Patrimônio Líquido da Controlada Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, resultando em ajuste reflexo de participação no investimento realizado pela Controladora na Tentos Holding Financeira de Participações Ltda. no montante total de R$928. O saldo da reserva de capital com sócios é de R$ 2.041 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e R$ 2.969 no período encerrado em 31 de dezembro de 2024. Ações em tesouraria: Em 12 de abril de 2023, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, a aquisição de ações ordinárias de emissão da própria Companhia ("Programa de Recompra"). O objetivo do Programa de Recompra é a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria. Poderão ser adquiridas 2.000.000 (dois milhões de ações), cujo prazo máximo para aquisição das ações era de até 18 meses, iniciando-se em 13 de abril de 2023 e encerrando-se em 13 de outubro de 2024. Em 16 de dezembro de 2024, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, a aquisição de ações ordinárias de emissão da própria Companhia ("Programa de Recompra"). O objetivo do Programa de Recompra é a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria. O programa prevê a aquisição de até 2.000.000 (dois milhões de ações), iniciando-se em 17 de dezembro de 2024 até o dia 17 de junho de 2025, tendo um prazo de até 18 meses para a recompra. Até 31 de dezembro de 2024 não foram adquiridas ações referentes ao programa aprovado. Todas as ações foram adquiridas até a data do dia 13 de maio de 2024, a um preço médio de R$10,60.

A seguir demonstramos a composição das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024:

	R$ mil	Quant. de ações (mil)
RCA 12/04 – Aquisição	1.474	135
31 de dezembro de 2023	1.474	135
RCA 12/04 – Aquisição	**19.991**	**1.865**
Total de adquiridas até 31 de dezembro de 2024	**21.465**	**2.000**
Exercidas no plano de Stock Options	**(20.299)**	**(1.890)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.166**	**110**

Reserva de lucros: *Reserva para incentivos fiscais:* As reservas de incentivos fiscais estão classificadas conforme sua originação: (i)Crédito presumido de ICMS: Refere-se ao incentivo fiscal do crédito presumido de ICMS decorrente do Decreto 37.699/97, conforme descrito na Nota 25. Em 18 de maio de 2021, a Companhia obteve trânsito em julgado em Mandado de Segurança, no qual, entende a Companhia, foi reconhecido tratamento diferenciado em relação aos demais benefícios fiscais dos quais frui. A decisão está baseada no fundamento de que a incidência de tributo federal sobre o incentivo fiscal de ICMS seria uma violação do pacto federativo (art. 150, VI, a, da CF), ou seja, houve o reconhecimento do direito à não tributação definitiva desses incentivos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reverteu tal reserva amparada na sua decisão judicial que garante a não tributação definitiva dos incentivos, e dessa forma ser dispensada a obrigação de constituição de reserva para esse fim. (ii) Isenção e redução de base de cálculo do ICMS: Refere-se aos incentivos fiscais de isenção e redução de base de cálculo do ICMS decorrentes dos convênios ICMS n. 100 de 1997 e n. 52 de 1991, descritos na Nota 25, classificados como subvenção para investimentos, sendo constituída em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no exercício e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referente aos benefícios de isenção e redução de base de cálculo do ICMS no valor de R$ 36.896 (R$7.635, líquido do efeito da realização de dividendos). Conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973/14, a Companhia deverá efetuar a constituição de reserva para incentivos fiscais no montante correspondente aos valores subvencionados. Entretanto, uma vez que em determinados exercícios a Companhia apresentou lucro líquido insuficiente para constituição integral da referida reserva, a Companhia deixou de constituir reserva de incentivos fiscais no montante de R$ 210.704 em 31 de dezembro de 2023. Em 2024 a Companhia não registrou subvenção de isenção e redução em seu resultado, no entanto, constituiu reserva de R$ 210.704 referente à recomposição do saldo da reserva que estava pendente de constituição em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2024 não havia montante pendente de reserva a ser constituída com base em lucros futuros. (iii) Diferimento da tributação do ICMS: Refere-se aos incentivos fiscais de diferimento da tributação do ICMS decorrentes das operações de farelo e fertilizantes. No caso do farelo, o ICMS está dispensado quando da entrada da soja (matéria prima do farelo) com diferimento nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, inciso I, do RICMS/RS, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Valor apurado proporcionalmente sobre as vendas do subproduto farelo (operação subsequente) destinadas à exportação (operação com direito a manutenção do crédito), conforme demonstrativo das compras, transformação e vendas do mês. No caso do fertilizante, o ICMS está dispensado quando da entrada de mercadoria com diferimento nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, do RICMS/RS, reconhecido por ocasião da venda da mercadoria/produto, em atenção do princípio da confrontação das receitas com os custos, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Essa reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no exercício e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social. Em 30 de setembro de 2023 a Companhia optou por registrar retroativamente subvenção sobre as exportações de farelo ocorridas entre os anos de 2019 até 2021, conforme detalhado na Nota explicativa 25. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referente ao benefício de diferimento do ICMS, no valor de R$ 539.338 (R$ 510.075, líquido do efeito da realização de dividendos). Em 2024 a Companhia não registrou subvenção de diferimento em seu resultado, dessa forma, não possui obrigação de constituição dessa reserva. *Reserva legal:* É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei n° 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Para o exercício de 2024, foi constituída Reserva Legal de R$ 27.443 com base no lucro líquido resultante após a constituição das Reservas para incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2023 não houve constituição da reserva legal, uma vez que o resultado dos respectivos exercícios foi destinado integralmente à reserva de incentivos fiscais, em atendimento à legislação tributária vigente. *Reserva de investimento:* A reserva de investimento tem a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos. Esta reserva obedece aos limites estabelecidos no Estatuto Social da Companhia. Para o exercício de 2024, foi constituída Reserva de Investimento de R$ 426.477 com base no lucro líquido resultante após a constituição das reservas de incentivos fiscais, reserva legal e destinação do dividendo mínimo obrigatório e dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 não houve constituição da reserva de investimento, uma vez que o resultado dos respectivos exercícios foi destinado integralmente à reserva de incentivos fiscais, em atendimento à legislação tributária vigente. Dividendos: De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 5% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. Em 31 de dezembro de 2024, o valor destinado como dividendo mínimo obrigatório foi de R$ 26.071. Adicionalmente, a Companhia propôs a destinação como dividendo adicional proposto o valor de R$ 68.875, o qual será objeto de aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em data futura. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía lucro livre para destinação do dividendo obrigatório, dessa forma, propôs o montante de R$ 58.524 como dividendo adicional a partir da reserva de Incentivo Fiscal. O pagamento deste dividendo ocorreu no primeiro trimestre de 2024. A composição dos cálculos dos dividendos, bem como da destinação do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, é apresentada abaixo:

	31/12/2024
Lucro líquido do Exercício	758.623
Ajuste de avaliação patrimonial	947
Lucro a destinar	**759.570**
Constituição Reserva de Subvenção	210.704
Lucro livre antes da Reserva Legal	**548.866**
Reserva Legal - 5%	27.443
Lucro Livre	**521.423**
Dividendos Obrigatórios - 5%	26.071
Dividendo Adicional Proposto - 13,2%	68.875
Dividendo total	**94.946**
Saldo da Reserva de Investimento	**426.477**

24. Lucro por ação: De acordo com o CPC 41 – Resultado por ação (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se referem aos planos de opções de ações. Para estes planos de opções de ações é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo, com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados aos planos de opções de ações. A quantidade de ações calculadas, conforme descrito anteriormente, é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício dos planos de opções de ações.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Lucro líquido do período	**758.623**	575.287	**756.365**	573.802
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	**498.298**	498.024	**498.298**	498.024
Média ponderada do número de ações ordinárias considerando efeitos dilutivos	**501.024**	501.861	**501.024**	501.861
Lucro básico por ação - em reais (R$)	**1,52243**	1,15514	**1,51790**	1,15216
Lucro diluído por ação - em reais (R$)	**1,51415**	1,14631	**1,50964**	1,14335

25. Subvenções governamentais: As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondem a: (i) incentivos fiscais estaduais de ICMS (crédito presumido, isenções e redução de base de cálculo e diferimento); e (ii) incentivos fiscais federais de PIS e COFINS (créditos presumidos). Os incentivos fiscais estaduais reduzem o lucro tributável na apuração do imposto de renda e da contribuição social, desde que sejam cumpridas certas condições estabelecidas na legislação tributária, incluindo a necessidade ou não de manutenção dos valores relacionados às subvenções em reservas de incentivos fiscais. Até 31 de dezembro de 2023, especificamente para os incentivos fiscais de isenção e redução da base de cálculo e diferimento do ICMS, ao efetuar a exclusão da apuração do imposto de renda e contribuição social, a Companhia efetua a constituição de reserva para incentivos fiscais no mesmo montante. No quadro abaixo segue detalhamento dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Controladora	
Incentivos	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Crédito presumido de ICMS sobre farelo e biodiesel	**278.135**	109.079
Isenções e reduções de base de cálculo de ICMS de insumos	**-**	247.600
Diferim. da tributação do ICMS no farelo e fertilizantes	**-**	539.338
Total incentivos fiscais estaduais	**278.135**	896.017
Efeito da exclusão no IRPJ/CSLL - 34% (Nota explicativa 20)	**94.566**	304.646
Créditos presumidos de PIS/COFINS sobre industrialização de soja	**188.360**	126.443
Total incentivos fiscais federais	**188.360**	126.443
Total	**466.495**	1.022.460

Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia baseou suas subvenções no acordão da decisão proferida pelo STJ no dia 26 de abril de 2023 sobre o tema 1182, em sede de recurso repetitivo Resp. 1.945.110/RS, onde definiu a impossibilidade de aplicar o Pacto Federativo aos demais incentivos fiscais, mantendo a decisão que somente o crédito presumido pode ser excluído da base do IRPJ/CSLL sem constituição de reserva. Houve também o reconhecimento que para os demais benefícios, como isenção, redução e diferimento de ICMS, podem ser excluídos da base do IRPJ/CSLL, desde que observado o art. 10 da LC 160/2017 e art. 30 da Lei 12.973/2014. Considerando opiniões legais dos assessores jurídicos da Companhia, não houve efeitos em função da referida decisão do STJ nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de 01 janeiro de 2024, entrou em vigor a Lei 14.789, de 29 dezembro de 2023, que altera as regras de tributação de incentivos fiscais concedidos pelos estados. Em função da alteração da legislação, a Companhia passou a utilizar os benefícios fiscais de acordo com a nova Lei, mantendo apenas a Subvenção do Crédito Presumido, o que resultou na alteração da alíquota efetiva, gerando um aumento no imposto corrente da Companhia em relação ao que vinha sendo registrado nos últimos exercícios. Incentivos fiscais estaduais: *Crédito presumido de ICMS:* A Companhia apura crédito presumido de ICMS sobre as operações de venda, no Estado do Rio Grande do Sul conforme decreto 37.699/97 calculado com base em 66,67% sobre o imposto incidente nas vendas de biodiesel. Crédito outorgado no estado do Mato Grosso, conforme decreto 2.212/2024 e regulamentada pelo Condeprodemat resolução 041/2019 calculado com base em 75% sobre o imposto incidente nas vendas de biodiesel, 70% sobre o imposto incidente nas vendas interestaduais de subprodutos da fabricação do biodiesel, 41,67% sobre o imposto incidente nas vendas interestaduais de óleo degomado de soja e 50% sobre o imposto incidente nas vendas interestaduais de farelo e casca de soja. Os valores apurados a título de incentivo são deduzidos na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas. Para utilização do crédito outorgado do Mato grosso a companhia contribui em 6% para FUNDES e 1% para FUNDED sobre o valor do crédito utilizado. Em 18 de maio de 2021, a Companhia obteve trânsito em julgado do Mandado de Segurança no qual foi reconhecido que os valores relativos ao crédito presumido de ICMS não integram a base de cálculo do IRPJ e da CSLL ao fundamento de que a incidência de tributo federal sobre o incentivo fiscal de ICMS ofenderia o princípio do pacto federativo, no montante de R$ 43.649 referente ao exercício de 2014 a 2017. Ainda, na referida sentença foi reconhecido o direito à compensação ou restituição administrativa do montante apurado, respeitado o prazo quinquenal, com atualização SELIC para os Exercícios em que a Companhia apresentou lucro tributável sobre este tipo de benefício. Para os Exercícios em que a Companhia apresentou prejuízo fiscal, o montante reconhecido refletiu como um aumento do montante de prejuízo fiscal. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado foi de R$ 278.135 e R$ 109.079, respectivamente. *Isenção e redução de base de cálculo do ICMS:* As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondentes à isenção e redução de base de cálculo do ICMS são decorrentes dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017, que consideram que os incentivos fiscais relativos a isenções e reduções de base de cálculo do ICMS são subvenções para investimentos, desde que atendidas as exigências de registro e depósito no CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) e cujas condições foram devidamente observadas pela Companhia. Em 2020, a Companhia retificou suas obrigações acessórias dos exercícios de 2015 a 2019 para refletir os efeitos das subvenções governamentais decorrentes da isenção e redução de base de cálculo do ICMS na apuração do imposto de renda e da contribuição social, reconhecendo o montante de R$ 110.382 de créditos de IRPJ e CSLL recolhidos a maior, dos quais R$ 101.120 referem-se ao valor de principal e R$ 9.261 aos juros e atualização monetária. Os valores estão apresentados na rubrica de impostos e contribuições a recuperar e foram registrados nos respectivos anos de competência. Em 31 de dezembro de 2023, o montante total apurado relativo a este incentivo e registrado no resultado foi de R$ 247.600. Em 31 de dezembro de 2024 não registramos valores referentes a essa subvenção no resultado. Conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973/14, a Companhia deverá efetuar a constituição de reserva para incentivos fiscais no montante correspondente aos valores subvencionados. Entretanto, uma vez que em determinados exercícios a Companhia apresentou prejuízo fiscal ou lucro líquido insuficiente para constituição integral da referida reserva, a Companhia deixou de constituir reserva de incentivos fiscais no montante de R$ 210.704 em 31 de dezembro de 2023. Em 2024 a Companhia constituiu reserva de R$ 210.704 referente a reserva pendente de constituição em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía pendências de constituição de reservas. *Diferimento da tributação do ICMS:* As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondentes ao diferimento da tributação do ICMS são decorrentes das operações de farelo e fertilizantes. No caso do farelo, o ICMS diferido da soja, está dispensando na saída do farelo exportado a responsabilidade de pagamento do ICMS anterior de matérias primas diferidas, nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, inciso I, do RICMS/RS, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Valor apurado proporcionalmente sobre as vendas do subproduto farelo (operação subsequente) destinadas à exportação (operação com direito a manutenção do crédito), conforme demonstrativo das compras, transformação e vendas do mês. No caso do fertilizante, através do decreto 56227 de 07/12/2021 com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022 passou de isenção para diferimento o ICMS, dispensando na saída da mercadoria a responsabilidade de pagamento do ICMS anterior, nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, do RICMS/RS, reconhecido por ocasião da venda da mercadoria/produto, em atenção do princípio da confrontação das receitas com os custos, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Em setembro de 2023 a Companhia optou por registrar retroativamente subvenção sobre as exportações de farelo ocorridas entre os anos de 2019 até 2021, conforme detalhado na Nota explicativa 25. Em 31 de dezembro de 2023, o montante total apurado relativo a este incentivo e registrado no resultado foi de R$ 539.338. Em 31 de dezembro de 2024 não registramos valores referentes a essa subvenção no resultado. Incentivo fiscal federal: *Crédito presumido de PIS e COFINS:* A Companhia apura crédito presumido de PIS e COFINS, conforme Lei Federal 12.865 de 10/10/2013, disponível para as empresas que industrializam a soja em grão, calculado através da receita de venda de cada produto. No que diz respeito a sua natureza, os créditos presumidos de PIS e COFINS possuem a natureza de subvenção para custeio. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de PIS e COFINS a recuperar em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas. Em 31 de dezembro de 2024, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado, foi de R$ 188.360 (R$ 126.443 em 31 de dezembro de 2023).

26. Pagamento baseado em ações: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, limitado a 10.000.000 (dez milhões de ações), resultando em uma diluição de até 2,5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia. O "Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações" foi aprovado pelo Conselho de Administração, com a outorga de 8.000.000 (oito milhões) de opções de compra de ações. Os beneficiários poderão exercer suas opções dentro de até 5 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na data de 03 de março de 2021. O exercício de carência (vesting) é de 1 ano com liberações de 20% anuais a partir do primeiro aniversário. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do termo de exercício de opção de ações. O preço do exercício do primeiro programa foi fixado em R$ 1,75 e o valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R$ 4,39. O "Segundo Programa do Plano de Opção de Compra de Ações" foi aprovado pelo Conselho de Administração, com a outorga de 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) de opções de compra de ações. Os beneficiários poderão exercer suas opções dentro de até 4 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na data de 07 de março de 2022. O exercício de carência (vesting) é de 2 anos com liberações de 40% após o prazo de carência e mais 60% após 4 anos. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do termo de exercício de opção de ações. O preço do exercício do segundo programa foi fixado em R$ 7,52 e o valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R$ 5,97. O preço de exercício das opções é equivalente à média ponderada da cotação em bolsa das ações da Companhia nos 60 pregões anteriores à data da outorga das opções aos participantes, líquido de desconto de 20% por opção. O "Terceiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações" foi aprovado pelo Conselho de Administração, com a outorga de 240.000 (duzentos e quarenta mil) de opções de compra de ações. Os beneficiários poderão exercer suas opções dentro de até 4 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na data de 27 de outubro de 2022 de maneira retroativa a 3 de março de 2022. O exercício de carência (*vesting*) é de 1 ano com liberações gradativas ao longo do exercício de duração do programa. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do termo de exercício de opção de ações. O preço do exercício do segundo programa foi fixado em R$ 8,87 e o valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R$ 4,51. O preço de exercício das opções é equivalente à média ponderada da cotação em bolsa das ações da Companhia nos 60 pregões anteriores à data da outorga das opções aos participantes, líquido de desconto de 20% por opção. O "Quarto Programa do Plano de Opção de Compra de Ações" foi aprovado pelo Conselho de Administração, com a outorga de 1.510.000 (um milhão e quinhentos e dez mil) de opções de compra de ações. O exercício de carência *(vesting)* é de 1 ano com liberações gradativas ao longo do exercício de duração do programa. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do termo de exercício de opção de ações. O preço do exercício do quarto programa foi fixado em R$ 9,08. O preço de exercício das opções é equivalente à média ponderada da cotação em bolsa das ações da Companhia nos 60 pregões anteriores à data da outorga das opções aos participantes, líquido de desconto de 20% por opção. A outorga das ações desse programa foi fracionada, conforme detalhado a seguir, e em 31 de dezembro de 2024 a Companhia ainda possui 160.000 (cento e sessenta mil) ações disponíveis para outorga. Primeira outorga "Quarto Programa¨: realizada no montante total de 800.000 (oitocentas mil) ações, onde os beneficiários podem exercer suas opções dentro de até 4 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na data de 05 de abril de 2023 e 22 de setembro de 2023. O valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R$ 5,40. Segunda outorga "Quarto Programa¨: realizada no montante total de 550.000 (quinhentos e cinquenta mil) ações, onde s beneficiários podem exercer suas opções dentro de até 4 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na data de 25 de julho de 2024. O valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R$ 3,91. A Companhia reconhece o custo com os planos de opções com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo na data da outorga. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções é o Binomial. Uma das premissas para este modelo é a estimativa do valor justo das ações ordinárias subjacentes da Companhia na data da outorga. Outras premissas incluem uma estimativa da volatilidade esperada do preço das ações, o prazo esperado de uma opção, a taxa de juros livre de risco ao longo do prazo esperado da opção, o preço de exercício da opção e as expectativas em relação aos dividendos. Quando da outorga do primeiro programa, a Companhia não possuía histórico de preços de mercado para as suas ações ordinárias porque as ações da Companhia não eram negociadas publicamente. Desta forma, com o auxílio de assessores em avaliação, estabeleceu-se o valor justo das ações ordinárias subjacentes com base na avaliação econômico-financeira da Companhia seguindo a abordagem da renda (income approach, método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD)). A abordagem de renda envolve a aplicação de uma taxa de desconto adequada, ajustada para refletir os riscos dos fluxos de caixa projetados, com base na estrutura de capital e nas receitas e nos custos previstos. Utilizamos os dados observáveis para um grupo de empresas comparáveis para auxiliar no desenvolvimento de nossa premissa de volatilidade. Quando da outorga do segundo, terceiro e quarto programa foram utilizadas premissas para o cálculo do valor justo da opção da ação. As premissas utilizadas para o cálculo foram o preço da ação da Companhia na data da outorga, que atualmente é negociada publicamente, o preço de exercício da opção, os prazos de vestings e o dividend yield definidos em contrato, a taxa de juros livre de risco (DI - Futuro) e a taxa projetada para a correção do preço de exercício (IPCA) estabelecidos pelo mercado. A volatilidade foi baseada no histórico do preço da ação de um peer group, uma vez que o histórico do preço da ação da Companhia ainda é pequeno. Em caso de alteração de fatores e premissas, o custo de planos de opção de compra de ações futuras pode ser significativamente diferente do que registrado atualmente. Maior volatilidade e prazos mais longos esperados resultam em um aumento na despesa com plano de opções, determinada na data da outorga. A despesa com plano de opções reconhecida no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 6.178 (R$ 9.180 em 31 de dezembro de 2023). O valor reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 totaliza R$ 40.594 (R$ 34.266 em 31 de dezembro de 2023). A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado em cada programa vigente em 31 de dezembro de 2024:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa 1ª outorga	4º Programa 2ª outorga
Número total de opções do plano	-	-	-	1.510.000	1.510.000
Número de opções outorgadas	8.000.000	1.050.000	240.000	800.000	550.000
Número de opções canceladas	(800.000)	-	(40.000)	-	-
Data da outorga	03/03/2021	07/03/2022	03/03/2022	05/04/2023	25/07/2024
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R$)	4,39	5,97	4,51	5,40	3,91
Rendimento de dividendos (%)	1,15%	1,15%	1,15%	1,15%	1,09%
Volatilidade esperada média (%)	36,76%	34,83%	33,62%	34,48%	30,38%
Taxa de retorno livre de risco média (%)					
1º Vencimento	4,20%	12,38%	12,80%	12,79%	11,19%
2º Vencimento	6,06%	12,11%	12,05%	11,41%	11,87%
3º Vencimento	6,98%	-	11,63%	11,40%	12,08%
4